

FMI: CONSELHEIRO INCONVENIENTE

No exato momento em que o governo discute medidas de política econômica para fazer o país crescer a uma taxa de 5% a partir de 2007, a equipe do presidente Lula recebe recomendações de um parceiro hoje indesejável: o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ontem, no II Seminário Internacional de Finanças Públicas, a diretora do Departamento Fiscal do Fundo, Teresa Ter-Minassian, reforçou a tradicional receita ortodoxa.

O governo está se afastando cada vez mais do mundo pregado pela diretora do FMI, que pressupõe profundo corte de despesas correntes, liberdade para as agências reguladoras, maior abertura para o comércio exterior e uma nova reforma da Previdência. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, respondeu duramente à afirmação de Teresa de que o país teria dificuldades para crescer sem fazer uma reforma do sistema previdenciário: "Nós temos que lembrar que o FMI já fez abundantes previsões equi-

vocadas sobre o Brasil. Não seria a primeira vez". A seguir, alguns pontos do seu receituário, apresentado para os funcionários do governo.

Ajuste fiscal

Para Teresa Ter-Minassian, o ajuste é de má qualidade, porque se baseia no aumento da arrecadação e retenção dos investimentos. Ela prega uma mudança no foco do esforço fiscal, que passaria a ser a redução de gastos federais, estaduais e municipais. O gasto social deveria ser mais eficiente. Teresa também acha que a dívida pública ainda é muito alta e precisa ser reduzida.

Inflação e juros

A diretora do Fundo vê o controle da inflação como pré condição essencial para o crescimento e a redução da taxa real de juros.

Desvinculação

A receita prevê a redução da rigidez do orçamento e da ex-

Jamil Bittar/Reuters - 21/7/04



MINASSIAN: BRASIL SÓ CRESCERÁ DEPOIS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA

cessiva vinculação de verbas. Isso seria feito pela diminuição das despesas obrigatórias e o aumento da Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU), que hoje libera 20% dos recursos carimbados. Isso daria mais liberdade na

alocação de recursos.

Previdência

O Brasil deveria fazer uma reforma que desvinculasse os benefícios do salário mínimo e aumentasse a idade mínima para o gozo da aposentadoria,

além de continuar com os esforços de melhoria de gestão da Previdência. O governo resiste em fazer a reforma, apostando nas medidas de administração para combater o déficit, que chegará a R\$ 42,2 bilhões neste ano.

Infra-estrutura

É essencial um aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura para permitir o crescimento da economia. O governo precisa escolher melhor as obras do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e monitorar mais de perto os gastos com elas. Também deveria tirar do papel as Parcerias Público-Privadas (PPP).

Impostos

Está na hora de viabilizar uma reforma tributária, que simplifique a cobrança de impostos, acabe com os efeitos negativos sobre a produção das contribuições sociais, unifique os tributos indiretos e evite a guerra tributária entre os estados.